

MULHERES CURDAS: A BUSCA PELO DIREITO À IGUALDADE DE GÊNERO E A LUTA POLÍTICA NO ROJAVA

KURDISH WOMEN: THE SEARCH FOR THE RIGHT TO GENDER EQUALITY AND THE POLITICAL STRUGGLE IN ROJAVA

Daniel Gualberto*
Pâmela Nascimento**

Resumo: Este trabalho possui o objetivo de analisar as formas pelas quais as mulheres curdas no Rojava procuram concretizar o direito à igualdade de gênero, bem como se a busca pela efetivação desse direito é relacionada à reestruturação política e social que a revolução propõe. Formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Como a filosofia da revolução do Rojava dá base à busca pelo direito à igualdade de gênero das mulheres curdas? Para responder tal indagação, primeiro, será realizado um aporte teórico sobre a desigualdade de gênero, após, serão apresentadas a história e a teoria da luta curda por liberdade e igualdade de gênero, em seguida analisar-se-á o papel do PKK e de Abdullah Öcalan sobre a população curda da Síria e, por fim, serão observados os movimentos concretos pela igualdade de gênero em Rojava. Concluiu-se que a luta das mulheres do Rojava é parte de um complexo sistema que visa à completa reestruturação política e social do local onde se tenta aplicá-lo. Em outras palavras: a luta pela igualdade de gênero no Rojava é, até certo ponto, indissociável de toda a revolução política da qual ela é parte e o caráter revolucionário do movimento no Rojava é o que permite que a violência simbólica e o modelo de dominação sejam percebidos e superados. Para a presente pesquisa foi utilizado o método hipotético-dedutivo, com análise bibliográfica

Palavras-chave: Mulheres curdas. Rojava. Direito. Igualdade de gênero. Abdullah Öcalan.

Abstract: *This work aims to analyze the ways in which Kurdish women in Rojava seek to materialize the right to gender equality and how the search for the realization of that right is related to the political and social restructuring proposed by the revolution. The following research problem was formulated: How does the philosophy of the Rojava revolution lay the foundation for the search for Kurdish women's right to gender equality? To answer this question, first a theoretical contribution on gender inequality will be carried out, then the history and theory of the Kurdish struggle for freedom and gender*

* Graduando de Relações Internacionais na Universidade de Brasília – UnB e membro ativo do Programa de Educação Tutorial – PET-Rel. E-mail: danielgsilva@gmail.com.

** Advogada OAB/SC 58.889. Pesquisadora vinculada à Cátedra Jean Monnet FECAP de jovens pesquisadores e ao Centro de Pesquisa em Proteção Internacional de Minorias – CEPIM da Faculdade de Direito da USP. E-mail: pamelanascimento@catolicasc.org.br

equality will be presented, afterwards the role of the PKK and Abdullah Öcalan in the Kurdish population of Syria will be analyzed, and, finally, concrete movements towards gender equality in Rojava will be discussed. It was concluded that the struggle of Rojava's women is part of a complex system that aims at the complete political and social restructuring of the region where it is applied. In other words: the struggle for gender equality in Rojava is, to some extent, inseparable from the entire political revolution of which it is a part, and the revolutionary character of the movement in Rojava is what allows the symbolic violence and the model of domination to be perceived and overcome. For the present research, the hypothetical-deductive method was used, with bibliographic analysis.

Keywords: *Kurdish women. Rojava. Law. Gender Inequality. Abdullah Öcalan.*

1. INTRODUÇÃO

O Em 2014, imagens de guerrilheiras curdas combatendo o exército do Estado Islâmico chamaram atenção na mídia internacional, gerando interesse sobre a busca por igualdade de gênero nas comunidades curdas da Síria. As imagens, no entanto, mostravam apenas uma parte do que acontece no norte sírio – local onde se encontram as regiões do Rojava¹. Embora causassem estranhamento e curiosidade, em parte por causa das expectativas ocidentais sobre o papel das mulheres no Oriente Médio, as guerrilheiras curdas eram somente uma parte de um movimento de mudanças profundas na região. Esse movimento, chamado pelos seus proponentes de Revolução do Rojava, busca nos escritos do líder político Abdullah Öcalan uma nova forma de organizar a sociedade nas regiões curdas, colocando a igualdade de gênero como um de seus pilares principais.

No entanto, a busca por igualdade de gênero em que esse movimento implica não é um esforço meramente reformista ou restrito à positivação de alguns direitos; ela é parte integrante e indissociável da revolução. Dessa forma, este trabalho possui como objetivo analisar as formas pelas quais as mulheres curdas no Rojava procuram concretizar o direito à igualdade de gênero, bem como se a busca pela efetivação desse direito é relacionada à reestruturação política e social que a revolução propõe.

Formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Como a filosofia da revolução do Rojava dá base à busca pelo direito à igualdade de gênero das mulheres curdas? Para responder a tal indagação, o corpo do texto será dividido em quatro partes principais. A primeira busca conceituar a igualdade de gênero, fazendo uso de fontes ocidentais e dos escritos de Öcalan. A segunda, por sua vez, discorre brevemente sobre a história da luta política curda e explica os acontecimentos e as teorias revolucionárias que guiam o movimento no Rojava. A terceira, um pouco mais breve, resume os aconte-

¹ Neste trabalho, utilizar-se-á o nome *Rojava* para se referir às regiões do norte da Síria onde a população curda possui autonomia política *de facto*. Como se verá, algumas especificidades desta autonomia são tema de seções posteriores deste texto. Outro uso comum do termo *Rojava*, embora não o utilizado aqui, diz respeito, de maneira mais geral, à toda a faixa norte da Síria em que os curdos compõem maioria populacional, podendo incluir, assim, alguns locais onde eles não exercem a citada autonomia. Ambas as definições têm objetos semelhantes e, não raro, são usadas de forma intercambiável; mas, dado o tema do trabalho, aqui optou-se pela primeira.

cimentos que julgamos mais influentes na luta curda síria contemporânea. A quarta, por fim, trata das ações e tentativas concretas em busca da igualdade de gênero que ocorreram no Rojava desde o início da revolução.

2. DESIGUALDADE DE GÊNERO: APORTE TEÓRICO

Como expresso por Abdullah Öcalan em sua obra “Confederalismo Democrático”, o sexismo está presente em toda a sociedade. Implementado pelo patriarcado ao longo da história da civilização, o sexismo está dentro dos sistemas de controle estatais e faz com que as mulheres sejam exploradas, tornando-as uma mercadoria do próprio sistema para a preservação e avanço do poder masculino. As mulheres, então, são resumidas a uma mão de obra barata e ao valioso meio de reprodução dos homens, sendo reprimidas, escravizadas e oprimidas pelo sistema colonizador sexista (ÖCALAN, 2011).

Essa violência do sexo masculino contra a mulher está presente em todas as sociedades, em maior ou menor medida, e designa-se esse fenômeno onipresente de falocentrismo (SAFFIOTI, 1995). A perspectiva falocêntrica, reproduzida nos discursos de dominação masculina, caracteriza-se por inserir o homem na posição hierárquica superior e incontestável em relação à mulher. Esse padrão tende a predominar nas mais variadas organizações sociais e estatais, seja nos barberes da Cabília, comunidade presente no território da Argélia, ou nas sociedades ocidentais. Quando assim estruturadas, as sociedades direcionam as tarefas mais nobres aos homens, por considerar o sexo masculino como modelo normativo, considerando, assim, as mulheres como desviadas e inferiores, sendo subordinadas à dominação masculina (BOURDIEU, 2012). Diante da perspectiva falocêntrica Bourdieu afirma:

Cabe aos homens, situados do lado do exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar o boi, a lavoura ou a colheita, sem falar do homicídio e da guerra, que marcam rupturas no curso ordinário da vida. As mulheres, pelo contrário, estando situadas do lado do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, vêm ser-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças e dos animais, bem como todos os trabalhos exteriores que lhes são destinados pela razão mítica, isto é, os que levam a lidar com a água, a erva, o verde (como arrancar as ervas daninhas ou fazer a jardinagem), com o leite, com a madeira e, sobretudo, os mais sujos, os mais monótonos e mais humildes. Pelo fato de o mundo limitado em que elas estão confinadas, o espaço do vilarejo, a casa, a linguagem, os utensílios, guardarem os mesmos apelos à ordem silenciosa, as mulheres não podem senão tornar-se o que elas são segundo a razão mítica, confirmando assim, e antes de

² Tendo em vista que os curdos representam um povo e uma identidade distinta dos outros povos da região, utiliza-se, neste trabalho, a expressão curdo(a) sírio(a) para se referir à parte do povo curdo que vive no Estado da Síria.

mais nada a seus próprios olhos, que elas estão naturalmente destinadas ao baixo, ao torto, ao pequeno, ao mesquinho, ao fútil etc. (BOURDIEU, 2012, p. 41).

Portanto, por serem estruturadas dessa forma opositiva as sociedades conferem ao homem o domínio dos locais públicos, delegando às mulheres o espaço privado e doméstico. Por esse motivo, a estrutura das sociedades limita as mulheres à esfera doméstica, não podendo elas, tampouco, ter autoridade sobre o homem, pois, conforme a perspectiva falocêntrica as funções dos sexos devem ser necessariamente contrárias e demarcadas, tendo o homem as funções consideradas superiores, viris, públicas, e as mulheres, as funções inferiores e invisíveis. Essa ótica intrínseca nas relações sociais tende a naturalizar o sexo masculino como o sexo forte que controla o frágil e subalterno sexo feminino (BOURDIEU, 2012).

Ainda no que diz respeito às funções reservadas a cada gênero, Flávia Biroli (2016) argumenta que a responsabilização da mulher por um trabalho não remunerado, ou seja, pelo trabalho doméstico, é a base do patriarcado dentro do sistema capitalista. Isso porque a distinção entre trabalho remunerado e não remunerado é a característica mais importante do sistema de exploração patriarcal no capitalismo. Os trabalhos gratuitos que envolvem a criação dos filhos e as atividades domésticas dispensam os homens para que eles trabalhem de forma remunerada. Assim, as mulheres fornecem um trabalho gratuito e não produtivo, na visão do homem, em virtude da relação do casamento, que submete a mulher ao sistema de exploração patriarcal (BIROLI, 2016).

A mulher é preparada sua vida inteira para suas relações matrimoniais e o matrimônio é uma etapa da educação feminina nas sociedades falocêntricas. Ressaltando, assim, a obrigação social em gerar filhos, de estar a serviço da espécie, pois a mulher é a responsável por gerar crianças e possuir uma família. A mulher, portanto, é resumida à função procriadora (BEAUVOIR, 1967). Segundo Beauvoir (1967) em sua obra "O Segundo Sexo: a experiência vivida" a menina aguarda pelo casamento desde a adolescência, pois vê na relação matrimonial, o sentido de ser mulher:

De uma maneira mais ou menos velada, sua juventude consome-se na espera. Ela aguarda o Homem. Sem dúvida, o adolescente também sonha com a mulher, deseja-a; mas ela será apenas um elemento de sua vida: não resume seu destino. Desde a infância, tenha querido realizar-se como mulher ou superar as limitações de sua feminilidade, a menina esperou do homem realização e evasão: êle tem o semblante deslumbrante de Perseu, de São Jorge, é o libertador, é tão rico e poderoso que detém em suas mãos as chaves da felicidade: é o príncipe encantado. [...] Sempre esteve convencida da superioridade viril; esse prestígio dos homens não é uma miragem pueril. Tem bases econômicas e sociais; são indiscutivelmente os senhores do mundo, tudo persuade a adolescente de que é de seu interesse tornar-se vassala (BEAUVOIR, 1967, p. 66-67).

Nesse sentido, conforme exposto pelo líder do povo curdo, Abdullah Öcalan (2015), as sociedades sexistas consideram as mulheres objetos reprodutivos, detidas a produzir a descendência dos homens.

Para Öcalan (2011) e Bourdieu (2012) as instituições de controle estatal, como o sistema educacional e a religião, tendem a reproduzir e sustentar o discurso dominador do sexo masculino, tornando-se uma estrutura cultural inextinguível. Contribui a isso o fato de que tal discurso não foi ou é imposto com violência física, mas, sim, por meio do que Bourdieu chamou de violência simbólica (2012). Tal violência impõe um modelo de dominação em que o dominado, ou seja, a mulher, não pode e não consegue questionar o modelo, por ele estar intrínseco na cultura das sociedades.

As sociedades são, então, estruturadas a partir desse modelo de violência simbólica, perpetuando a dominação masculina e a perspectiva falocêntrica em todos os segmentos sociais, não conseguindo a mulher se opor à dominação do seu corpo, tendo que se tornar submissa e domesticada (BOURDIEU, 2012). Nesse sentido, Bourdieu afirma:

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser-percebido (percipi), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam "femininas", isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas (BOURDIEU, 2012, p. 80).

As informações expostas acima corroboram o que atualmente é chamado de desigualdade de gênero. Gênero, aqui se coloca, é o ser mulher; são todas as imposições, repressões, opressões e dominações que o sexo feminino carrega e vive apenas por ser o sexo feminino. Dessa forma, para a socióloga brasileira Heleith Saffioti gênero é:

O referente de gênero é uma relação social, que remete os indivíduos a uma categoria previamente constituída. Ou seja, o gênero é a representação de uma relação. Coloca em relação um indivíduo com outros, determina se ele pertence a uma categoria e o posiciona face a outros pertencentes a outra categoria (SAFFIOTI, 1995, p. 20).

Saffioti (1995) afirma que, assim como a classe social, a raça e a etnia do sujeito condicionam sua percepção do mundo e seu pensamento, o gênero também o faz. Ou seja, o gênero, assim como a classe, a raça e a etnia, é a forma com que o indivíduo compreende o mundo, logo, as ações desse indivíduo dentro do mundo dependem da sua maneira de compreendê-lo. Sendo um conceito socialmente construído, o gênero materializa a sexualidade, que é exercida como uma forma de

poder, como já apresentado por Bourdieu (2012). Desse modo, homens e mulheres são separados pelas categorias de dominante e dominada, sendo classificados pelo gênero. “A sexualidade, portanto, é o ponto de apoio da desigualdade de gênero” (SAFFIOTI, 1995, p. 23).

Dessa forma, é necessário ultrapassar as fronteiras estabelecidas pela discriminação, opressão e desigualdade, para que, assim, a igualdade de gênero seja instituída plenamente, formando homens e mulheres livres de imposições de um sexo sobre o outro, do opressor sobre o oprimido, para os seres humanos desenvolverem suas relações interpessoais e suas capacidades sem restrições impostas ao gênero/sexo. Portanto, a real efetivação da equidade de gênero se dará quando houver tratamento equânime entre homens e mulheres, dentro de suas particularidades, ocorrendo uma proteção, tanto estatal quanto privada, equivalente dos direitos e obrigações de ambos os sexos (ARAÚJO, ETTINGER, 2015). Para Bourdieu, a mudança do paradigma opressor presente nas sociedades ocorre da seguinte forma:

[...] a revolução simbólica a que o movimento feminista convoca não pode se reduzir a uma simples conversão das consciências e das vontades. Pelo fato de o fundamento da violência simbólica residir não nas consciências mistificadas que bastaria esclarecer, e sim nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem, só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica têm com os dominantes com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes (BOURDIEU, 2012, p. 54).

Os fortes elementos que podem enfraquecer a dominação masculina dentro das sociedades são a união e o fortalecimento das mulheres nos seus ajuntamentos sociais, como redes de união de mulheres. As mulheres, então, vêm proporcionando significantes mudanças em tradicionais modelos culturais de diversas partes do globo, redefinindo novas identidades do “ser mulher”, reconstruindo suas relações com elas mesmas e com a sociedade. Percebe-se que o empoderamento feminino é o principal mecanismo empregado para conquistar a igualdade de gênero (ARAÚJO; ETTINGER, 2015).

O direito à igualdade de gênero, ou seja, o direito que as mulheres possuem de serem tratadas em todas as esferas sociais com dignidade e igualdade, tem sido efetivado, principalmente, por meio das associações e redes de mulheres que realizam atividades cooperativas para minimizar as dificuldades do “ser mulher”. Nesse sentido, trabalha-se com empoderamento feminino para que as mulheres não se sintam mais nas sombras de seus companheiros domésticos, conseguindo alcançar a independência e a liberdade (ARAÚJO; ETTINGER, 2015). Esse fenômeno do empoderamento de mulheres por meio de suas redes e associações ocorre no mundo inteiro e pode ser visto entre as mulheres curdas no Rojava, que criaram uma forte rede política de apoio para a efetivação da igualdade de gênero e reconhecimento social dentro de seu território.

3. A LUTA CURDA POR LIBERDADE E IGUALDADE DE GÊNERO: HISTÓRIA E TEORIA

O povo curdo é historicamente vítima de perseguição e repressão por parte dos outros povos que governam a região. Há mais de cinco séculos, a identidade curda – incluindo expressões culturais, língua e a própria reivindicação de uma história comum – é violentamente perseguida pelos reinos e, posteriormente, Estados locais (MCDOWALL, 2007). Pode-se afirmar que as curdas, no entanto, sofrem duplamente, tendo em vista que a comunidade curda possui a tradição patriarcal de designar o papel da mulher de submissa à autoridade do homem. As mulheres, que falavam somente a língua curda e viviam segredadas no âmbito doméstico e privado, não conseguiam conquistar sua liberdade na vida política. As curdas, então, sofriam violência por motivações étnicas, tendo em vista que os curdos são renegados pela população turca e síria, e violência por parte dos próprios homens curdos, que através da violência simbólica dentro da sociedade, oprimiam e humilhavam física e mentalmente as mulheres, promovendo o tradicional e naturalizado patriarcado (KNAPP, FLACH, AYBOGA, 2016).

Quase tão antigos quanto a opressão que o povo curdo sofre são seus movimentos de luta e de resistência, visando à liberdade de expressão e à possibilidade de autoadministração. Na história contemporânea dessa luta, não seria impreciso afirmar que o Partido Dos Trabalhadores do Curdistão (PKK)³ foi, e continua a ser, um dos grupos de maior influência nas relações interestatais da região e na própria formulação das demandas do povo curdo. Fundado em 1978 por Abdullah Öcalan e correligionários, o PKK fez uso de ataques armados contra a Turquia com o fim de – ao menos nas primeiras duas décadas de atividade – conquistar um Estado independente curdo. Embora até hoje a relação entre o Estado turco e o PKK alterne entre momentos de conflito e de cessar-fogo, o objetivo-fim do grupo deixou de ser um Curdistão⁴ independente, nos moldes de um Estado tradicional, refletindo as mudanças ideológicas e as formulações teóricas elaboradas desde então por Öcalan (KNAPP; FLAPP; AYBOGA, 2016).

Preso desde 1999 pela Turquia, Öcalan usou de seu tempo no cárcere para escrever sobre variados assuntos ligados à luta curda e à política regional do Oriente Médio. Desprendendo-se das raízes marxistas mais tradicionais que o guiavam – as quais eram, como ele afirma, influenciadas pelo contexto de Guerra Fria e pelos movimentos de independência dos anos 1970 –, o líder do PKK formulou e passou a defender a implementação do que chamou de *Confederalismo Democrático* (2012). Tal conceito se refere a uma nova maneira de organizar politicamente a sociedade, postando-se como alternativa ao Estado nacional moderno e ao capitalismo moderno.

Para Öcalan, o capitalismo e o Estado nacional se tornaram indissociáveis um do

³ Como é habitual com os partidos políticos curdos, a sigla amplamente utilizada é formada pelas iniciais do nome original, na língua curda. No caso do PKK, forma-se a partir do *Partiya Karkerên Kurdistanê*.

⁴ O *Curdistão* compreende toda a região do Oriente Médio da qual os curdos são nativos e onde compõem maioria da população. Embora não tenha fronteiras bem delimitadas, muito em razão de não ser oficialmente um Estado, aceita-se que seu território está majoritariamente contido na região montanhosa entre Turquia, Irã, Iraque e Síria. (MCDOWALL, 2007).

outro, este servindo para a manutenção e propagação do sistema capitalista mundial, e ambos visando à exploração da população. A fim de estabelecer e legitimar seu poder sobre a sociedade, afirma Öcalan, o Estado nacional empenhou-se na tarefa de homogeneizar a população, buscando uma unidade nacional, étnica e ideológica (2011). Em seu estudo sobre os pilares de sustentação do Estado nacional moderno, o líder curdo destaca o sexismo como um dos mais cruciais, argumentando que o “sexismo socialmente arraigado não é menos perigoso que o capitalismo” e que “sem a repressão das mulheres, a repressão de toda a sociedade não é concebível” (ÖCALAN, 2011, p.121).

Esse evidente anseio pela emancipação da mulher, e as origens de sua opressão, foi tema de outros trabalhos. Na já citada obra “Confederalismo Democrático”, Öcalan afirma que a sociedade sexista escraviza a mulher e por isso a igualdade entre os gêneros necessita ser um princípio das sociedades libertárias (2012). Ele também publicou um compilado de textos dedicado apenas à revolução das mulheres, chamado “Liberating Life: Woman’s Revolution”. Esse volume se debruça sobre as origens da dominação masculina, argumentando que a liberdade só será plena com uma revolução radical das mulheres para mudar a mentalidade dos homens. Para o líder curdo, a revolução de gênero não é apenas uma luta das mulheres, como é também uma luta de divórcio dos cinco mil anos de dominação masculina e de emancipação das identidades de gênero designadas aos homens e às mulheres. Tais designações estruturaram, ao longo dos milênios, a exploração e opressão da mulher, por parte do homem (ÖCALAN, 2013).

Além disso, para Öcalan, na história da humanidade o sistema de autoridade patriarcal se mostra, primeiramente, na divisão sexual do trabalho e no direito de propriedade do homem, tornando-se o direito de propriedade sinônimo de exercício de poder do homem, ou seja, da masculinidade. Posteriormente, o patriarcado se mostrou também no Estado-nação, onde o homem possui o monopólio de sua família – sendo ela uma instituição – assim como possui o poder do capital sobre a sociedade. Essa dominação do homem sobre a mulher, possui, então, a lógica econômica: se cabe à figura masculina possuir o monopólio do capital e da família, sobra para a mulher o trabalho doméstico, que não possui valor econômico e social, sendo afastada do trabalho assalariado e do capital. Portanto, a obra do líder curdo deixa claro que a escravidão da mulher é uma construção da história da civilização humana que funda todos os outros tipos de escravidão. Para tal perspectiva mudar e para que a igualdade entre os gêneros seja alcançada a mulher necessita estar presente em todas as esferas da sociedade, como na educação, na economia, na organização social e na defesa de seu povo. Argumenta Öcalan que por meio da jinealojia, uma nova epistemologia feminina desenvolvida por ele, é que será efetivada a descolonização da mulher (2013). Dessa forma, para Öcalan (2013, p. 56):

Se olharmos o colonialismo não apenas em termos de nação e território, mas também em termos de grupos de pessoas, podemos definir a mulher como o grupo colonizado mais antigo. De fato, na alma e no corpo, nenhum outro ser humano experimentou um colonialismo tão completo. Deve ser entendido que a mulher é presa em uma colônia sem fronteiras facilmente identificáveis. Dessa forma, acredito que a chave para resolver nossos

problemas é um movimento pela liberdade, igualdade e democracia, um movimento baseado na ciência da mulher, chamado Jinealojia em Curdo. (Tradução nossa)⁵

Como alternativa aos sistemas que criticou, Öcalan elaborou, então, o Confederalismo Democrático, definindo-o como uma “democracia sem um Estado” (2011, p. 122). Nesse modo de organização, que aponta ecologia e feminismo como pilares centrais, o enfoque é voltado ao nível local, incentivando a participação política dos indivíduos e contando com estruturas locais de deliberação e de tomada de decisões (KNAPP; FLAPP; AYBOGA, 2016). Contrapondo-se à homogeneidade do Estado nacional, o Confederalismo Democrático preza pela pluralidade e advoga pela construção de níveis operacionais onde todos os grupos, políticos ou sociais, tenham espaço para se expressar diretamente. O que não significa absolutamente que a organização política deva se restringir ao bairro, sendo possível instituir estruturas deliberativas mais abrangentes, mesmo que não hierarquicamente superiores às locais. Apesar do esforço para opor o Confederalismo Democrático ao Estado moderno, Öcalan concede que ambos podem coexistir, caso este respeite a autoadministração reclamada por aquele (2015). É interessante notar que esta concessão exemplifica e aprofunda a supracitada mudança de objetivos de Öcalan: se, nas primeiras décadas do PKK, seu objetivo era um Estado Nacional curdo, em pé de igualdade legal com os outros Estados da região, agora, a liberdade e a autogestão devem tomar outras formas – mesmo que ainda consigam, se respeitadas pelos outros atores políticos, conviver com as organizações mais tradicionais.

A necessidade de garantir a independência administrativa é uma das motivações por trás de outra importante faceta do Confederalismo Democrático: a autodefesa. Nesse sentido, Öcalan argumenta que o Confederalismo Democrático, como sistema, pode ser encarado como uma “autodefesa da sociedade”, pois protege a pluralidade social e cultural daqueles que assim se organizam (2011, p. 125). Isso não elimina, no entanto, a dimensão militar da autodefesa, já que defender-se de ataques armados externos pode se fazer – e, como será visto, fez-se – necessário. Para escapar da militarização excessiva e das negativas consequências que isso trouxe aos Estados Nacionais, o líder curdo ressalta a necessidade de que a sociedade seja tanto a definidora dos deveres das forças armadas como quem escolhe suas lideranças (ÖCALAN, 2011). Muito por conta da influência regional e da história organizacional do PKK, tais desenvolvimentos teóricos de Öcalan não ficaram, como será visto, restritos aos seus livros.

4. O PAPEL DO PKK E DE ÖCALAN NA POPULAÇÃO CURDA DA SÍRIA

Já no início da luta do PKK, e principalmente depois de meados dos anos 1980,

⁵ If we see colonialism not only in terms of nation and country, but also in terms of groups of people, we can define woman as the oldest colonised group. Indeed, in both soul and body, no other social being has experienced such complete colonialism. It must be well understood that woman is kept in a colony with no easily identifiable borders. In light of the the above, I believe that the key to the resolution of our social problems will be a movement for woman's freedom, equality and democracy; a movement based on the science of woman, called Jineolojî in Kurdish.

as mulheres tomaram parte no esforço pelo reconhecimento dos direitos de seu povo. Elas, que até então viviam em uma sociedade tradicionalmente opressora e conservadora, encontraram nessa luta um espaço para buscar emancipação e, dedicando-se às frentes armadas e políticas, demonstraram que não mereciam mais ser dominadas e oprimidas pelos homens curdos. Nesse sentido, essas mulheres lançaram uma luta simultânea pela reivindicação identitária do povo curdo e pela igualdade de gênero. Vale ressaltar que, segundo suas ideias revolucionárias e as formulações ideológicas de Öcalan, a luta de emancipação política do povo curdo é também a luta pela igualdade entre os gêneros e pela emancipação da mulher (AMOROSI, 2019).

Essas movimentações no território turco, no entanto, não ficaram restritas às suas fronteiras. Isso porque durante as duas décadas em que o PKK ainda lutava por um Estado nacional, Öcalan e outras lideranças do partido se refugiaram na Síria e, a partir de lá, organizaram operações. Neste período, parte dos curdos sírios se aproximou ideológica e politicamente do PKK, com alguns se voluntariando como soldados na luta contra o Estado turco (ALLSOPP, 2015). Mesmo depois de o partido ter sido expulso da Síria, ele continuou a exercer considerável influência na política local, estimulando seguidores a estabelecerem comitês para debate e organização política (KNAPP; FLAPP; AYBOGA, 2016). Tal influência tomou forma institucionalizada com a fundação, em 2003, do Partido da União Democrática (PYD)⁶, que segue as teorias de Öcalan e o considera uma das principais lideranças curdas, embora negue ligações formais com o PKK (ALLSOPP, 2015). Apesar de ter sido, desde a criação, um relevante ator dentre os partidos curdos na Síria, o PYD de fato obteve proeminência em 2011, quando do início das revoltas sírias alimentadas pela Primavera Árabe.

Deflagrados tais levantes, o partido empenhou-se em estabelecer conselhos populares desassociados, ao menos formalmente, das estruturas partidárias – assim materializando as estruturas de organização local pregadas pelo Confederalismo Democrático (ALLSOPP, 2015). No mesmo período, instituiu uma pequena força militar, as Unidades de Autoproteção, pois antecipava que o conflito armado poderia alcançar os cantões curdos. Confirmada a previsão, essas tropas foram reestruturadas no ano seguinte, por iniciativa de um ex-comandante do PKK, e passaram a formar as Unidades de Proteção Popular (YPG)⁷ (KNAPP; FLAPP; AYBOGA, 2016).

A popularidade do YPG e a cada vez mais urgente necessidade de preparo contra os ataques do Estado Islâmico fizeram crescer o contingente de voluntários. No mesmo período, e por motivos semelhantes, ex-guerrilheiras do PKK na Turquia se dirigiram ao Rojava para instruir as mulheres locais sobre assuntos de guerra e da teoria política que seguiam. Dessa confluência resultaram, no início de 2013, as Unidades de Defesa das Mulheres (YPJ)⁸, forças militares constituídas exclusivamente por mulheres (KNAPP; FLAPP; AYBOGA, 2016).

Os esforços provaram-se importantes: nos meses e anos seguintes, o YPG e o YPJ travaram e venceram numerosas batalhas contra incursões do Estado Islâmico.

⁶ Sigla formada a partir do nome em curdo *Partiya Yekîtiya Demokrat*.

⁷ Sigla formada a partir do nome em curdo *Yekîneyên Parastina Gel*.

⁸ Sigla formada a partir do nome em curdo *Yekîneyên Parastina Jin*.

Tendo em vista que Bashar Al-Assad ordenara a retirada da maioria das tropas sírias do Rojava pouco após o agravamento da guerra civil, as forças curdas foram fundamentais para impedir que a área de controle do Estado Islâmico englobasse o norte da Síria (ALLSOPP, 2015). E se, por um lado, a ausência de forças do regime de Al-Assad acarretou em uma maior pressão sobre o YPG e o YPJ, por outro, ela representou uma rara oportunidade de liberdade administrativa.

Fazendo proveito da situação proporcionada pelas vitórias militares e da experiência adquirida desde o início das revoltas, os três maiores cantões curdos no norte da Síria – Afrin, Jazire e Kobane – proclamaram, em 2014, a Autonomia Democrática do Rojava, regida por um contrato social (DEAN, 2019). Ao instituir essa região autônoma de facto, os cantões se permitiram a chance de aplicar concretamente o sistema do Confederalismo Democrático e de fortalecer os esforços locais de participação política e em prol da igualdade de gênero.

5. RESULTADOS DA PRÁXIS: OS MOVIMENTOS CONCRETOS PELA IGUALDADE DE GÊNERO NO ROJAVA.

O direito à igualdade de gênero está de fato positivado no ordenamento jurídico curdo pela Constituição dos Cantões de Rojava. A Carta de Contrato Social de Rojava, estabelecida em 2014, é o documento fundamental para reconhecer os direitos das mulheres dentro do confederalismo democrático, concretizando o pleno direito à igualdade de gênero a partir dos artigos 23, 27, 28, 87 e 95 (CONSTITUCIÓN DE LOS CANTONES DE ROJAVA, 2013).

Na alínea ‘a’ do artigo 23, a Constituição declara que toda pessoa possui o direito de expressar seus direitos étnicos, culturais, linguísticos de gênero. Nesse sentido o artigo 27 expressa que as mulheres têm o direito inviolável de participar da vida política, social, econômica e cultural. Já o artigo 28, específico em relação à efetivação do direito à igualdade de gênero ser uma responsabilidade pública e constitucional, declara que os homens e mulheres são iguais na forma da lei, garantindo a Carta a realização da efetiva igualdade entre homens e mulheres, obrigando as instituições públicas a trabalharem pela eliminação da discriminação de gênero. Além do que consta nesses, o artigo 95 expressa que haverá um Órgão do Conselho Executivo apenas para tratar sobre a igualdade de gênero no território. Por fim, o art. 87 impõe que cada sexo deve compor pelo menos 40% dos quadros de todos os órgãos do governo, instituições e comitês, objetivando, dessa maneira, o reconhecimento da importância da mulher na vida política e social do Rojava. (CONSTITUCIÓN DE LOS CANTONES DE ROJAVA, 2013). Assim, podemos dizer, a Carta concretiza – ao menos por um ponto de vista estritamente material – a igualdade de gênero no que concerne à repartição de poderes do território.

Para se compreender melhor quais são esses órgãos em que as mulheres terão, por definição, ao menos 40% de representação, volta-se ao artigo 4º da Constituição. Nele, define-se que a estrutura administrativa nas regiões autônomas de Rojava é regida por: Assembleia Legislativa, Conselhos Executivos, Alta Comissão de Eleições, Cortes Supremas Constitucionais e Conselhos Municipais/Provinciais (CONSTITUCIÓN DE LOS CANTONES DE ROJAVA, 2013). Portanto, todos esses órgãos da re-

partição de poderes – muito bem estruturada e dividida entre legislativo, executivo e judiciário – devem seguir o mínimo percentual supracitado de participação das mulheres. Pode-se afirmar que essa medida efetiva – mesmo que apenas materialmente, convém repetir – o direito fundamental das mulheres à vida política. Apesar dessas ressalvas quanto ao caráter mais pragmático ou material de tais medidas, não seria prudente diminuir a magnitude do poder político que elas conferem às mulheres do Rojava, ainda mais quando se comparando à situação de dupla opressão – étnica e de gênero – à qual elas se viam submetidas até algumas décadas atrás.

Uma medida que acompanha a reserva de ao menos 40% das vagas a cada sexo é o chamado *princípio da dupla liderança*: nele, independentemente de se tratar de uma comuna ou uma corte jurisdicional, deve haver sempre uma liderança de um homem e uma mulher. Mais um exemplo prático do princípio do Confederalismo Democrático de que uma revolução política só existe com representação e liberdade das mulheres. Nesse sentido, Knapp, Flach e Ayboga (2016) citam o exemplo da cidade de Afrîn, em que 65% das instituições civis, políticas e militares possuíam, quando da publicação de seu trabalho, lideranças femininas.

Sobre a Constituição dos Cantões de Rojava, os autores Moraes e Vieira afirmam:

Em janeiro de 2014, os três cantões de Rojava declaram-se autônomos e aprovaram a Carta do Contrato Social de Rojava (Constituição de Rojava). O documento incorporou em suas diretrizes a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas de 1948. A Carta busca estabelecer um Confederalismo Democrático baseado no autogoverno local, no ambientalismo, na igualdade de gênero, no pluralismo étnico, cultural e religioso, na liberdade de expressão e de imprensa (MOARES; VIEIRA, 2017, p. 90).

A positivação dos direitos supracitados tem enorme importância para garantir à mulher uma posição de igualdade ao homem. Entretanto, é fundamental ressaltar que o esforço pela igualdade de gênero não se restringe ao código. Considerando o papel fundamental que a participação e o debate político tomam na teoria do Confederalismo Democrático, é de se esperar que esse espaço de fazer política – o micro, o local – seja também fundamental na busca pela igualdade de gênero. Nesse sentido, o YPJ, para além da evidente importância que teve e tem ao garantir segurança para a autoadministração do Rojava, é um ótimo exemplo dessas almeçadas estruturas que incentivam a participação política local e usufruem dela.

Para além dos quartéis situados na cidade principal de cada cantão, o YPJ possui diversos centros mais localizados – às vezes dedicados a vilas ou bairros específicos. Essa descentralização permite uma conexão maior com a população de cada localidade, cultivando confiança, e, também, casa bem com uma das principais atividades do YPJ: o ensino e discussão de teoria. Por influência tanto das experiências das comunas, quanto das guerrilheiras do PKK que ajudaram em sua formação, as membras do YPJ dedicam parte importante do seu tempo ao debate e ao ensino das teorias que norteiam a organização política do Rojava (KNAPP; FLACH; AYBOGA,

2016).

Esse enfoque em não só ensinar a lutar, mas demonstrar o motivo pelo qual se luta, explica porque as membras do YPJ gostam de ressaltar a importância de suas batalhas contra o EI para além apenas da defesa do território. É comum, dessa forma, que se dê mais importância para a motivação revolucionária por trás da luta – que visa à reformulação da sociedade – do que para suas implicações materiais (DEAN, 2019).

No entanto, e ainda nessa temática, cabe ressaltar que o movimento político de representação de mulheres é anterior ao princípio da dupla liderança, consagrado na Constituição de 2013. Em 2005 o chamado Yekîta Star, União das Estrelas em português, foi fundado com intuito de se tornar o movimento das mulheres curdas. Em 2016, já com os territórios de Rojava estabelecidos, o movimento trocou de nome para Kongreya Star, ou Congresso das Estrelas, em português. O Kongreya Star é um movimento político e social que realiza comunas de discussão e efetivação dos direitos das mulheres em todo o território de Rojava. Em regiões mais pobres, por exemplo, o trabalho desse movimento é no sentido de educar e alfabetizar as mulheres mais pobres, com a instituição de comunas de mulheres dentro dos povoados (KNAPP, FLACH, AYBOGA, 2016).

Porém, o foco principal do movimento é educar politicamente todas as mulheres curdas, pois a maioria das mulheres casou ainda quando adolescentes, não possuindo oportunidade de estudo e alfabetização. Para isso, as integrantes do Kongreya Star visitam todas as famílias de determinado povoado, mostrando a necessidade de a mulher possuir conhecimento e autossuficiência para poder retornar ao mercado de trabalho e conviver em sociedade. Para este fim, o movimento possui um programa educacional em comuna exclusivo para mulheres e publica um jornal comunitário de temática feminina, o Dengê Jyian. O periódico contém artigos da história do movimento das mulheres, análises sobre o conceito de família democrática e notícias atualizadas sobre leis de direito de famílias recentemente aprovadas pelas jurisdições curdas (KNAPP, FLACH, AYBOGA, 2016).

O Kongreya Star não só noticia questões legislativas e judiciais, como também age sobre elas, promovendo projetos de lei e judicializando casos de violência contra a mulher. A lei de direito de família que proibia casamento forçado, casamento na infância e poligamia foi proposta pelo movimento das mulheres no Supremo Comitê Constitucional, sendo aceita e inserida dentro do sistema normativo dos territórios de Rojava. Já no que diz respeito às situações que envolvem problemas de família, as próprias instituições e comunas de mulheres do Kongreya Star são as responsáveis por documentar e investigar as alegações e situações oportunas. Se for necessário, o movimento as judicializa, como em casos de violência doméstica ou quando os homens abandonam suas famílias e não pagam mais alimentos e suportes aos filhos. Knapp, Flach e Ayboga expõem, ainda, que é o Kongreya Star que investiga casamento de menores de idade – isso se relaciona principalmente ao grande mercado de casamentos forçados na Turquia, envolvendo, ainda, venda de crianças pela *internet* (2016)

A organização Kongreya Star, portanto, é grande incentivadora e relevante ator no que concerne à mobilização política e social das mulheres, construindo comunas que visam aos direitos das mulheres no Rojava. Ela também se insere em todas as esferas sociais, desde a defesa, passando por educação e militarização, até a saúde das mulheres.

Por fim, o movimento de mulheres curdas abriu centros e institutos de jinealojia, epistemologia da mulher desenvolvida com base nas escritas de Abdullah Öcalan, para a educação de mulheres sobre uma construção educacional de uma nação democrática, visando acabar de vez com as origens da dominação. A jinealojia, que possui um departamento na Universidade de Qamislo, no Rojava, propaga a ideia de que a mulher deve estar inteiramente presente em todos os setores da sociedade em que antes elas estavam ausentes, sejam eles a economia, educação, militarização e organização comunitária. Nos institutos de estudos da jinealojia as mulheres constroem um movimento descolonizador, implantando um currículo educacional interseccional diferente do sistema educacional sírio, que excluía as mulheres. Dessa forma, a jinealojia é uma nova maneira interseccional de estudar e pesquisar sobre os conhecimentos teóricos e práticos, excluindo as múltiplas discriminações que mulheres curdas sofriam em virtude do patriarcado, nacionalismo, colonialismo e perseguição do seu povo, incluindo a igualdade de gênero e direito das mulheres (KNAPP, FLACH, AYBOGA, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as formas pelas quais as mulheres curdas no Rojava procuram concretizar o direito à igualdade de gênero e se a busca pela efetivação desse direito é relacionada à reestruturação política e social que a revolução propõe.

Percebe-se, então, que os ideais políticos revolucionários levantados pelo líder curdo Abdullah Öcalan foram a base para a revolução de Rojava. Com ideais que visam à igualdade de gênero, descolonização da sociedade, respeito às etnicidades e culturas e à quebra do paradigma das imposições patriarcais, Öcalan, com auxílio da influência do PKK, introduziu uma revolução política de independentismo curdo que possui, entre seus fundamentos, o pilar da igualdade entre homens e mulheres.

As curdas, então, iniciaram uma revolução não apenas social mas política, influenciando as mulheres a possuírem autonomia e liberdade dentro da sociedade para se auto-organizarem como um movimento por reconhecimento da sua própria identidade, até então marginalizada, como curda e como mulher. Öcalan, além disso, fez uso de sua voz política para enfatizar que o movimento das mulheres curdas deve se estruturar de forma autônoma e emancipatória, devendo os homens compreenderem a importância desse movimento para o independentismo do seu próprio povo.

Foi nessa realidade que, em 2013, ocorreu o reconhecimento formal dos direitos das mulheres curdas na Constituição dos Cantões de Rojava. A Carta de Contrato Social possui como pilar os direitos fundamentais e sociais da população. Dentro do documento normativo está expresso a efetivação do direito à igualdade de gênero por parte da sociedade e do sistema de repartição de poderes curdos. Além disso,

na Carta está presente o pleno direito fundamental das pessoas de expressarem seu gênero e suas características linguísticas, culturais e étnicas, positivando, mais uma vez, o reconhecimento do direito da igualdade entre homens e mulheres.

Em uma perspectiva da teoria do direito, positivar o direito à igualdade de gênero é uma proteção jurisdicional para as mulheres. Entretanto, a efetivação desse direito dentro das comunidades se dá pelo movimento autônomo e político das mulheres, do qual o Kongreya Star é parte fundamental. Esse movimento, que possui como base a educação sobre igualdade de gênero é crucial para a autonomia das mulheres curdas e para a efetivação de seus direitos. Leis da jurisdição do Rojava contra a discriminação de gênero, o casamento forçado, casamento de crianças e a violência doméstica foram apresentadas como projetos para a Suprema Corte Constitucional pelo Kongreya Star, que com sua força política conseguiu com que tais atos fossem criminalizados. Portanto, o movimento das mulheres, junto com o reconhecimento formal e proteção jurisdicional do direito à igualdade de gênero, vêm, juntos, efetivando a igualdade entre os homens e as mulheres em Rojava.

Pode-se dizer que as conquistas na busca pela igualdade de gênero analisadas neste trabalho são surpreendentes: pela velocidade em que ocorreram; pela região em que tiveram lugar — comumente vista no ocidente como muito hostil às mulheres; e pela magnitude das mudanças estruturais que demandaram. Essas características, por sua vez, nos levam a refletir sobre os desenvolvimentos históricos, políticos e sociais que levaram a essa revolução, permitindo-nos perceber a singularidade dela. Isto é, seja pela rara tentativa de transpor à realidade, com alto grau de fidelidade, um sistema de administração recentemente teorizado, seja pelos fatos históricos e regionais que abriram espaço para esse experimento, a luta das mulheres do Rojava é intimamente ligada às particularidades da população que a está levando a cabo.

Pode haver a tentação, por parte da imprensa ou de pesquisadores, de tentar tomar apenas uma de suas faces — o YPJ, por exemplo, ou as comunas femininas — e compará-la a movimentos feministas de outras localidades ou apresentá-la por si só. No entanto, a luta das mulheres do Rojava é parte de um complexo sistema que visa à completa reestruturação política e social do local onde se tenta aplicá-lo; ignorar a história de sua formulação e de sua aplicação pode acabar desfigurando aquilo que se pretende analisar. Em outras palavras: a luta pela igualdade de gênero no Rojava é, até certo ponto, indissociável de toda a revolução política da qual ela é parte.

É interessante notar, também, que o caráter revolucionário do movimento no Rojava é o que permite que a violência simbólica e o modelo de dominação sejam percebidos e superados. Afinal, se o que se deseja mudar não é a opressão da mulher por si só, mas sim a forma organizacional da sociedade, então a estrutura que sustenta o modelo opressor e a violência simbólica se torna o alvo, aquilo que deve ser superado. Para esse fim, nota-se que, desde o princípio, o movimento rejeitou a quase onipresente perspectiva falocêntrica e os papéis de gênero e, no próprio processo de desmantelamento da ordem anterior, já passou a seguir os preceitos da ordem que desejava estabelecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLSOPP, Harriet. *The Kurds of Syria: Political Parties and Identity in the Middle East*. 2. Ed. Londres e Nova Iorque: I.B Tauris, 2007.

AMOROSI, Lucia. *Militância política e relação de gênero: o caso das mulheres militantes no Curdistão*. Cadernos Pagu, n. 56, Campinas: 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332019000200501&script=sci_arttext> Acesso em: 27 jul. 2020.

ARAÚJO, Iraniano; ETTINGER, Valéria Marques. *Gêneros e direitos humanos: conquistar e desafios*. Diké Revista Jurídica, v. 17, n. 2, Santa Cruz: 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uesc.br/index.php/dike/article/view/1912>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo I: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. *Revista de Ciências Sociais*, vol. 59, n.3. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/dados/v59n3/0011-5258-dados-59-3-0719.pdf>>. Acesso em: 21 out 2020.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CONSTITUICIÓN DE LOS CANTONES DE ROJAVA, 2013. Disponível em: <<https://rojavanoestasola.noblogs.org/contexto/constitucion-de-las-comunidades-autonomas-kurdas-de-rojava/>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

DEAN, Valentina. *Kurdish Female Fighters: The Western Depction of YPJ Combatants in Rojava*. GLOCALISM: JOURNAL OF CULTURE, POLITICS AND INNOVATION, Milão: 2019. Disponível em: <<https://glocalismjournal.org/kurdish-female-fighters-the-western-depiction-of-ypj-combatants-in-rojava/>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

KNAPP, Michael; FLACH, Anja; AYBOGA, Ercan. *Revolution in Rojava: Democratic Autonomy and Women's Liberation in Northern Syria*. London: Pluto Press, 2016.

MCDOWALL, David. *A modern History of the kurds*. 3 ed. Londres e Nova Iorque: I.B Tauris, 2007.

MORAES, Isaías Albertin; VIEIRA, Fernando Antonio da Costa. *O municipalismo libertário e revolução em Rojava*. Crítica e Sociedade: Revista de cultura política, v. 7, n. 2, Uberlândia: 2017.

ÖCALAN, Abdullah. *Democratic Confederalism*. Cologne: International Initiative Edition, 2011.

_____. *Liberating life: Woman's Revolution*. Cologne, International Initiative Edition, 2013.

SAFFIOTI, Heleith. *Violência de Gênero: Poder e Impotência*. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 1995.